



## Carta de apresentação das Demonstrações Financeiras

Atendendo às determinações do Banco Central do Brasil, em especial a Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020 e alterações introduzidas pela Resolução BCB nº 367, de 25 de janeiro de 2024, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da FF Administradora de Consórcios Ltda. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. O conjunto das demonstrações financeiras compreende os seguintes documentos:

- Relatório da Administração;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

As referidas Demonstrações Financeiras e documentos acima citados estarão disponíveis em nosso endereço eletrônico: <https://www.ffconsorcios.com.br/> a partir de 31 de março de 2026.

A FF Administradora de Consórcios Ltda. declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

JULIO CESAR DAL  
ZOTT:9181912102  
0

Assinado de forma digital por  
JULIO CESAR DAL  
ZOTT:91819121020  
Dados: 2026.03.31 18:02:38  
-03'00'

---

Julio Cesar Dall Zott  
Diretor Presidente

---

Paulo Eduardo Pereira  
Contador – CRC 030018/O-3

# Demonstrações Financeiras

**FF Administradora de Consórcios Ltda.**

**31 de dezembro de 2025  
com Relatório dos Auditores Independentes.**



## Índice

Relatório da Administração .....	4
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras .....	5
Demonstrações Financeiras Auditadas	
Balanço Patrimonial .....	7
Demonstração do Resultado .....	8
Demonstração do Resultado Abrangente .....	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido .....	10
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	11
Demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios.....	12
Demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos .....	13
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	14



## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2º SEMESTRE DE 2025**

Prezados Senhores,

A FF Administradora de Consórcio Ltda., CNPJ 62.534.158/0001-07 instituição constituída em 03 de setembro de 2025 com a denominação social Vidal Administradora de Consórcios Ltda, tem por objeto social a administração de grupos de consórcios para a aquisição de bens móveis, imóveis e serviços.

Em 29 de agosto de 2025 foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, estando desde então, plenamente habilitada nos termos da legislação vigente, a praticar todas as operações permitidas às administradoras de sua espécie.

Em 12 de novembro de 2025 o Banco Central do Brasil, por meio do Departamento de Organizações Financeiras (DEORF) autorizou a alteração da denominação social, passando oficialmente a chamar-se FF Administradora de Consórcio Ltda.

Por se tratar de uma instituição em fase inicial de operação, as demonstrações financeiras do período refletem, primordialmente, os investimentos estruturais necessários à sua implementação, com destaque para a formação do quadro técnico, contratação de sistemas de informação e gestão especializada. Os aportes realizados em capital social somam o valor de 1,5MM e visam garantir a robustez operacional e a conformidade normativa exigida pelo órgão regulador.

A FF Consórcio é uma empresa integrante do conglomerado prudencial Grupo FF e informa que possui processo de contratação de Auditoria Independente, considerando aspectos de transparência, conformidade, objetividade e independência do Auditor, bem como, para a observância da não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades.

Para o próximo exercício, projeta-se a expansão da base de vendas e o fortalecimento da marca no mercado, capitaneados estrategicamente por meio de parceiros de negócios e revendas autorizadas, que passarão a integrar os produtos da Administradora em seus portfólios.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação as nossas demonstrações financeiras do 2º semestre de 2025, findado em 31 de dezembro, que compreendem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, demonstração consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios e a demonstração consolidadas dos recursos de consórcios, bem como as notas explicativas sobre as demonstrações financeiras e o relatório do auditor independente.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.  
Atenciosamente,

**Cassiano Giacomel**  
**Diretor Operacional**

**Julio Cesar Dal Zott**  
**Diretor Presidente**

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e diretores da **FF ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.**

### Opinião

---

Examinamos as demonstrações financeiras da **FF Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Administradora** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

### Base para opinião

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras”. Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o relatório dos auditores

---

A administração da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

---

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso pela administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Financeiras ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Erechim - RS, 31 de março de 2026.

**LUCIANA TODERO** Assinado de forma digital por  
LUCIANA TODERO  
**PERIN:61358576068** PERIN:61358576068  
Dados: 2026.03.31 18:08:10 -0300'

Allianssa Auditores Associados S.S. Ltda.  
CRC RS 004627/O – CVM 11.134  
Luciana Todero Perin  
CRC RS 068404/O-9



## Balanço Patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	<u>31/12/2025</u>
<b>Ativo</b>		
<b>Instrumentos financeiros</b>		<b>879</b>
Títulos e valores mobiliários	4	879
<b>Permanente</b>		<b>10</b>
Imobilizado		10
<b>Total Ativo</b>		<b><u>889</u></b>
<b>Passivo</b>		
Obrigações fiscais		1
Obrigações sociais e trabalhistas	6	53
Outros passivos		<u>20</u>
<b>Total passivo</b>		<b><u>74</u></b>
<b>Patrimônio líquido</b>	10	
Capital social		1.500
Prejuízos acumulados		<u>(685)</u>
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b><u>815</u></b>
<b>Total passivo e patrimônio líquido</b>		<b><u>889</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## Demonstração do Resultado

Semestre findo em 31 de dezembro de 2025

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	<u>2° Sem 2025</u>	<u>31/12/2025</u>
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		-	-
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	7	<b>(685)</b>	<b>(685)</b>
Despesas administrativas		(508)	(508)
Despesas com pessoal		(177)	(177)
<b>Resultado operacional</b>		<b>(685)</b>	<b>(685)</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>		<b>(685)</b>	<b>(685)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>		<b>(685)</b>	<b>(685)</b>
Prejuízo líquido por ação		(0,457)	(0,457)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



## Demonstração do Resultado Abrangente

Semestre findo em 31 de dezembro de 2025

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>2º Sem 2025</b>	<u><b>31/12/2025</b></u>
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	<b>(685)</b>	<b>(685)</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total dos resultados abrangentes</b>	<b>(685)</b>	<u><b>(685)</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestre findo em 31 de dezembro de 2025

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	-	-	-
Integralização de capital	1.500	-	1.500
Prejuízo líquido do período	-	(685)	(685)
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>1.500</b>	<b>(685)</b>	<b>815</b>
<b>Saldo em 01/07/2025</b>	-	-	-
Integralização de capital	1.500	-	1.500
Prejuízo líquido do período	-	(685)	(685)
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>1.500</b>	<b>(685)</b>	<b>815</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## Demonstração do Fluxo de Caixa

Semestre findo em 31 de dezembro de 2025

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>2° Sem 2025</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Prejuízo líquido do período	(685)	(685)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado nas atividades operacionais	-	-
<b>(Aumento) Redução em ativos operacionais</b>	-	-
<b>Aumento (Redução) em passivos operacionais</b>		
Obrigações fiscais	1	1
Obrigações sociais e trabalhistas	53	53
Outros passivos	20	20
<b>Caixa líquido gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais</b>	<b>(611)</b>	<b>(611)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de imobilizado	(10)	(10)
<b>Caixa líquido gerado pelas (utilizados nas) atividades de investimentos</b>	<b>(10)</b>	<b>(10)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Integralização de capital	1.500	1.500
<b>Caixa líquido gerado pelas (utilizados nas) atividades de financiamento</b>	<b>1.500</b>	<b>1.500</b>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>879</b>	<b>879</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	879	879
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>879</b>	<b>879</b>



## Demonstração consolidada dos recursos de consórcios

Semestre findo em 31 de dezembro de 2025

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Nota</b>	<b><u>31/12/2025</u></b>
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>		<b>226</b>
Aplicações financeiras	5	226
<b>Compensação</b>		<b>226</b>
Recursos a utilizar		226
<b>Total Ativo e compensação</b>		<b><u>452</u></b>
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>		<b>226</b>
Grupos em formação		226
<b>Compensação</b>		<b>226</b>
Recursos coletados		226
<b>Total passivo e compensação</b>		<b><u>452</u></b>



## Demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos

Semestre findo em 31 de dezembro de 2025

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2025</u>
<b>Disponibilidades no início do exercício</b>	-
<b>(+) Recursos coletados</b>	<b>226</b>
Contribuições para aquisição de bens	186
Taxa de administração	35
Contribuições ao fundo de reserva	5
<b>Disponibilidades do final do exercício</b>	<b>226</b>
Aplicações financeiras do grupo	226

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional

A **FF Administradora de Consórcios Ltda**, (“Administradora”) foi constituída em 30 de janeiro de 2025, sob o CNPJ 62.534.158/0001-07 e teve seu contrato social registrado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, sub nº 43.211.472.099 em 03 de setembro de 2025. A Administradora tem sua sede na Avenida Tiradentes, nº 40, Sala 506, Anexo B, Bairro Centro, CEP 99700-418, na cidade de Erechim – RS.

A Administradora teve seu funcionamento aprovado pelo Banco Central do Brasil em 25 de agosto de 2025, conforme publicado no Diário Oficial da União Edição nº 163 de 28 de agosto de 2025. Em tem como objetivo social a administração de grupos de consórcios.

### 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras da Administradora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). O Banco Central através da Resolução CMN nº 4.818/2020, regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e através da Resolução BCB nº 2/2020 estabeleceu as diretrizes que passaram ser aplicadas a partir de 01/01/2021.

As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos, que estão sendo apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

### 3. Principais critérios contábeis adotados

#### a) Instrumentos financeiros

##### **Classificação e mensuração de instrumentos financeiros**

A classificação dos ativos financeiros em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais.

Para determinar o modelo de negócios, a Administradora avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo: (i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros; (ii) pela venda, ou por (iii) ambos.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao “Valor justo por meio do resultado”.

Os ativos financeiros da Administradora são classificados nas seguintes categorias:

- **Custo amortização (CA):** quando os fluxos de caixa contratuais possuem características de “somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal” e o objetivo do modelo de negócios é coletar os respectivos fluxos de caixa contratuais.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os fluxos de caixa contratuais possuem característica de “somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal” e o objetivo do modelo de negócios é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios.
- Valor justo por meio de resultado (JVR): ativos que não atendam aos critérios de classificação das categorias anteriores. Estão relacionados, de forma geral, aos ativos financeiros cujos fluxos de caixa contratuais não possuem características de “somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal” ou quando o modelo de negócios possui o objetivo de realizar fluxos de caixa por meio da venda dos ativos.

### b) Moeda funcional de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Administradora, bem como a moeda de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### c) Títulos e valores mobiliários

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

### d) Imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Administradora ou exercidos com essa finalidade, inclusive os bens decorrentes de operações que transfiram à Administradora os benefícios, riscos e controles desses bens. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e da provisão para perdas (*impairment*), quando aplicável.

A depreciação dos ativos imobilizado é calculada pelo método linear, que considera a vida útil dos bens estimada em sua utilidade econômica.

### e) Grupos de consórcios – Recursos coletados

Representam os recursos coletados dos consorciados pelos grupos e os rendimentos deles decorrentes. O valor da contribuição mensal para aquisição de bens recebidos dos participantes dos grupos é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido substancialmente da taxa de administração, fundo de reserva e dos prêmios de seguro.

### f) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância a Resolução BCB 4.818/20, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### g) Imposto de renda e contribuição social

A Administradora é optante pelo regime de tributação do lucro real. O imposto de renda é obtido através da alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais) anual. A Contribuições Social foi calculado sobre o lucro ajustado antes do Impostos de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 15%.

### h) Reforma tributária sobre o consumo

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, que integra a regulamentação da Emenda Constitucional nº 132/2023 e institui a Reforma Tributária sobre o Consumo. A norma criou o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), promovendo mudanças relevantes na tributação do consumo de bens e serviços no país.

Posteriormente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026, que dispõe sobre a criação do Comitê Gestor do IBS (CGIBS) e estabelece regras para a administração, arrecadação, fiscalização e distribuição da receita do imposto. A lei também definiu as alíquotas aplicáveis ao IBS/CBS para serviços financeiros no período de transição entre 2027 e 2033, com aumento gradual, bem como a redução progressiva das alíquotas atualmente incidentes sobre serviços sujeitos ao ISS.

A implementação da nova sistemática será gradual, entre 2026 e 2033, e tem como principais objetivos a simplificação do sistema tributário, a redução dos custos de conformidade e o aumento da segurança jurídica, com efeitos positivos esperados sobre a produtividade e o ambiente de negócios no longo prazo.

No curto prazo, os impactos concentram-se principalmente no âmbito operacional e tecnológico, com a necessidade de adequações em sistemas, processos, cadastros e controles internos, inclusive em função de novos mecanismos de arrecadação, como o recolhimento automático dos tributos sobre o consumo.

A Administração acompanha a evolução da regulamentação e a publicação das normas complementares pelos órgãos competentes. Com base nas avaliações realizadas até o momento e considerando o estágio atual de implementação da Reforma Tributária sobre o Consumo, conclui-se que não há impactos relevantes nas demonstrações financeiras, sendo os efeitos imediatos restritos, essencialmente, à adaptação operacional e tecnológica ao novo modelo tributário.

## 4. Títulos e valores mobiliários - Administradora

Os valores de títulos e valores mobiliários estão aplicados em Títulos de Renda Fixa - CDB

	<u>31/12/2025</u>
Títulos de renda fixa - CDB	879
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b><u>879</u></b>

Os Títulos de Renda Fixa são de baixo risco e alta liquidez. Esses fundos apresentam uma remuneração média vinculada a 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e são mantidas como investimentos em virtude da estratégia de fluxo de caixa da Instituição.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Aplicações financeiras – Grupos de Consórcios

Representam os recursos disponíveis e ainda não utilizados pelos grupos, aplicados segundo determinações do Banco Central do Brasil. O rendimento dessas aplicações é incorporado ao fundo comum de cada grupo diariamente, não incidindo sobre estes, taxa de administração.

	<u>31/12/2025</u>
Títulos de renda fixa - CDB	226
<b>Aplicações financeiras</b>	<b><u>226</u></b>

### 6. Obrigações sociais e trabalhistas

Os valores na data do encerramento do exercício apresentavam a seguinte configuração:

	<u>31/12/2025</u>
Salários a pagar	29
Encargos sobre salários	14
Obrigações de reconhecimento mensal	10
<b>Obrigações sociais e trabalhistas</b>	<b><u>53</u></b>

### 7. Custos, despesas e receitas ou função e natureza

Abaixo apresentamos a abertura por função e natureza dos custos e as despesas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	<u>2º Sem 2025</u>	<u>31/12/2025</u>
<b>Por função</b>	<b><u>(685)</u></b>	<b><u>(685)</u></b>
Despesas administrativas	(508)	(508)
Despesas com pessoal	(177)	(177)
<b>Por natureza</b>	<b><u>(685)</u></b>	<b><u>(685)</u></b>
Outras despesas operacionais	(209)	(209)
Despesas com pessoal	(177)	(177)
Propaganda e publicidade	(129)	(129)
Serviços de terceiros	(63)	(63)
Viagens	(36)	(36)
Comissões	(30)	(30)
Aluguéis e locações	(23)	(23)
Despesas com gravames	(18)	(18)

### 8. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável. A provisão para o imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no período de apuração.

A Administradora é optante pelo regime de tributação do Lucro Real. No segundo semestre e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, não foi apurado lucro tributável, razão pela qual não houve incidência de impostos.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **9. Contingências**

Até a data de emissão das demonstrações financeiras a Administradora não possuía participação em processos judiciais e/ou administrativos que apresentassem necessidade de divulgação, constituição de provisionamento contábil ou registro de passivo contingente, conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes / *IAS 37 Provisions, contingent liabilities and contingent assets*.

### **10. Patrimônio líquido**

#### **Capital social**

O capital social, subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 1.500 (um milhão e quinhentos mil reais), divididos em 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

#### **Prejuízos acumulados**

Composto pelos lucros ou prejuízos acumulados, em 31 de dezembro de 2025 os prejuízos acumulados totalizavam R\$ 685 (seiscentos e oitenta e cinco mil reais).

### **11. Estrutura de gerenciamento de risco**

A Administradora adotou uma estrutura de gerenciamento de capital e riscos que é compatível com a natureza das atividades da instituição e com a complexidade dos serviços que são oferecidos, permitindo que os riscos (operacional, de liquidez e de crédito) sejam identificados, mensurados, monitorados, controlados e mitigados. A Administradora possui e segue a política de gerenciamento de riscos que orienta em relação à natureza e a posição geral dos riscos financeiros que deverão ser regularmente monitoradas e gerenciadas e fim de avaliar os resultados e o impactos financeiros no fluxo de caixa.

#### Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Com a finalidade de gerir o risco operacional, a área de riscos da Administradora mitiga os riscos com base no levantamento dos processos, na adequação/ajustes destes, no cumprimento de normas e regras, na estrutura de monitoramento e detecção, no acompanhamento da implementação dos planos de ação, além de mapear os eventos de perda. Para fins de alocação de capital em atendimento aos requisitos de Basileia, a Administradora utiliza para risco operacional a abordagem padronizada.

#### Risco de liquidez

O risco de liquidez é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira da Administradora honrar suas obrigações. A área responsável diariamente, através de projeções de fluxo de caixa, monitora a posição de liquidez com o objetivo de fornecer subsídios para decisões estratégicas, visando manter o nível de liquidez da Administradora, em patamares que garantam a solvência e a continuidade de seus negócios.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Risco de crédito

O risco de crédito corresponde à possibilidade de perdas financeiras pela Administradora decorrente do não cumprimento, por parte dos tomadores ou contraparte, das suas obrigações pactuadas. Para mitigação deste risco, a Administradora adota políticas de concessão e gerenciamento de crédito baseadas, entre outros instrumentos, na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores e delimitação dos níveis de exposição e garantias de forma a manter os níveis de exposições em acordo com os desejados.

### Gestão de capital

O gerenciamento de Capital compreende o monitoramento e controle do capital mantido pela Administradora, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual está sujeito. A estrutura de gerenciamento planeja suas metas de necessidade de capital considerando as melhores práticas de mercado e respeitando os objetivos estratégicos da Administradora, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

Em 3 de novembro de 2025, foi publicada a Resolução Conjunta nº 14, que dispõe sobre a metodologia de apuração dos limites mínimos de capital social integralizado e de patrimônio líquido das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Administradora encontra-se em processo de adequação para atendimento aos limites mínimos estabelecidos, dentro dos prazos regulamentares previstos.